

**AUTISMO NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DO
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: UM OLHAR
SOBRE INCLUSÃO¹**

**AUTISM IN SCHOOL LIBRARIES IN THE MUNICIPALITY OF
FLORIANÓPOLIS: A LOOK AT INCLUSION**

Gabriele Padilha²
Dr. Edgar Bisset Alvarez³

RESUMO

O transtorno do espectro autista é uma realidade e a maneira com que as bibliotecas escolares do município de Florianópolis acolhem estes indivíduos é a motivação desta pesquisa. O ambiente escolar é um dos primeiros espaços de cunho educativo, ambiente este que promove o contato inicial com a diversidade e as bibliotecas fazem parte deste complexo. A pesquisa se concentra em atender a seguinte questão: como as bibliotecas escolares do município de Florianópolis respondem às necessidades dos usuários com o Transtorno do Espectro Autista? O estudo possui como objetivo geral identificar ações desenvolvidas pelas bibliotecas escolares do município de Florianópolis que possibilitem a inclusão dos alunos com o Transtorno do Espectro Autista. E como objetivos específicos: analisar os aspectos teóricos que definem inclusão; descrever as características do Transtorno do Espectro Autista; analisar as políticas das bibliotecas escolares do município de Florianópolis. Pode-se afirmar que a leitura é perfeitamente capaz de promover inúmeros benefícios aos indivíduos com autismo, principalmente se oferecida ainda na infância, por meio de atividades divertidas que por consequência, educam. Melhorias no desenvolvimento educacional, cognitivo, na autonomia, interação social, enriquecimento do vocabulário e empatia, são umas das incontáveis contribuições que o exercício da leitura pode promover. Esta pesquisa foi desempenhada através de uma pesquisa bibliográfica, acompanhada de uma pesquisa documental sob abordagem qualitativa e os procedimentos empregados na execução deste trabalho compreendem em leitura de livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, assim como a plataforma digital de comunicação oficial da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Constata-se o importante papel da biblioteca no processo educacional dos alunos típicos e atípicos e sua grande contribuição na interação entre os seus usuários.

Palavras-chave: bibliotecas; bibliotecas escolares; inclusão; acessibilidade; tecnologias assistivas.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

² Aluna do Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências da Educação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: gabrielepadilha.two@gmail.com.

³ Trabalho realizado sob a orientação do Professor Dr, Edgar Bisset Alvarez. E-mail: edgar.bisset@ufsc.br.

ABSTRACT

The autism spectrum disorder is a reality and the way in which school libraries in the city of Florianópolis welcome these individuals is the motivation of this research. The school environment is one of the first spaces of an educational nature, an environment that promotes initial contact with diversity and libraries are part of this complex. The research focuses on answering the following question: how do school libraries in the city of Florianópolis respond to the needs of users with Autistic Spectrum Disorder? The general objective of the study is to identify actions developed by school libraries in the city of Florianópolis that allow the inclusion of students with Autistic Spectrum Disorder. And as specific objectives: to analyze the theoretical aspects that define inclusion; describe the characteristics of the Autistic Spectrum Disorder; to analyze the policies of school libraries in the city of Florianópolis. It can be said that reading is perfectly capable of promoting numerous benefits to individuals with autism, especially if offered in childhood, through fun activities that, consequently, educate. Improvements in educational and cognitive development, autonomy, social interaction, vocabulary enrichment and empathy are some of the countless contributions that reading can promote. This research was carried out through a bibliographical research, accompanied by a documentary research under a qualitative approach and the procedures used in the execution of this work include reading books, articles, course conclusion works, as well as the official digital communication platform of the Secretariat City Hall of Education of Florianópolis. The important role of the library in the educational process of typical and atypical students and its great contribution in the interaction between its users is verified.

KEYWORDS: libraries; school libraries; inclusion; accessibility; assistive technologies.

1 INTRODUÇÃO

Um dos primeiros espaços de caráter educacional são as escolas, lá ocorre o contato inicial com a multiplicidade em suas variadas formas, e é importante enfatizar que as bibliotecas fazem parte deste grande e necessário espaço de imersão, que por sua natureza têm a responsabilidade de ser acolhedor.

Castro (2003) afirma que a sociedade brasileira de um modo geral, mas principalmente no que se refere à educação, vem passando por uma grande transformação que reflete na incumbência de um novo sentido da compreensão por escola - biblioteca e atribui este fenômeno ao cenário atual da tecnologia da informação e da comunicação.

Diante de todo o processo de transformação que vem ocorrendo na sociedade brasileira em todos os níveis, em especial, no campo educacional, da educação básica à educação superior, face aos atuais paradigmas advindos com as tecnologias de informação e comunicação, o conceito de escola e de biblioteca tem sido (re)significado. Escola entendida como o espaço de mediação e troca de conhecimentos e de (re) construção do saber e a biblioteca como centro convergente de informação que cumpre um papel essencial na aprendizagem dos alunos, nas tarefas docentes, com o seu entorno social e cultural (CASTRO, 2003, p. 64).

É evidente que a relação entre biblioteca - escola ainda tem seus desafios, contudo, é importante que o profissional bibliotecário lute por seu espaço no ambiente escolar, visando oportunidades de mostrar seu conhecimento, suas competências, suas estratégias profissionais, e acima de tudo, mostrar o quanto sua atuação é significativa no processo educativo, processo este responsável também por promover consciência de mundo, empatia, desconstrução de ideias preconcebidas e inclusão.

Inclusão é o termo utilizado pelo dicionário para descrever a ação de “inserir” e quando relacionado ao contexto social, representa o processo que permite a participação de pessoas ou grupos, outrora excluídos da sociedade. Esta inserção em um espaço, sendo ele de âmbito pessoal, profissional ou social, é essencial para que as diferenças étnico-raciais, sociais ou mesmo físicas, sejam respeitadas acima de tudo e não interfiram na construção do exercício da cidadania, mas sim garantam direitos igualitários (FERREIRA, 1986).

Do ponto de vista educacional a inclusão assegura que todos que demandam tenham o direito à uma educação de qualidade, levando em consideração as mais variadas necessidades dos indivíduos, assim como suas prováveis peculiaridades, objetivando reiteradamente, potencializar o desenvolvimento de suas competências e de modo consequente, transformar a vida das pessoas.

Segundo Santos, Diniz e Fernandes (2017), foi a partir da segunda metade do século XX que esta qualidade distintiva de que a biblioteca precisa atender as necessidades informacionais dos usuários, passou a ser amplamente aceita por estudiosos e a medida que

esta transformação ocorria, as atribuições do profissional bibliotecário começaram a ser desafiadas com o ingresso de usuários cada vez mais singulares, tal como pessoas com o Transtorno do Espectro Autista.

De acordo com a 5ª edição do Manual de Diagnóstico de Transtornos Mentais - DSM-5 (2014), o Transtorno do Espectro Autista é marcado pelo comprometimento da interação social, isto é, algumas experiências podem ser desafiadoras para pessoas com esta condição, como por exemplo, desenvolver relações de amizade, assim como desempenhar tarefas em conjunto, estabelecer contato visual, tolerar contato físico, realizar brincadeiras de cunho espontâneo e em alguns casos, a comunicação verbal também pode ser um dos elementos afetados.

Ressalta-se que para Baptista e Bosa (2002), até os dias atuais ainda não há como garantir a certeza do que é o *autismo*, sobretudo pela existência de tantas suposições e teorias questionáveis a respeito do diagnóstico e dos meios de intervenção, sendo estas muitas vezes consideradas até mesmo polêmicas. No entanto, os autores concluem que uma das formas de compreensão do referido transtorno, é dispor-se a uma incessante aprendizagem sobre as próprias crenças, sobre o conhecimento de mundo, sobre princípios e acima de tudo, sobre nós mesmos.

Para Santos, Diniz e Fernandes (2017), a prática de leitura, assim como o estímulo à imaginação, são recursos que podem promover mais independência aos alunos com o Transtorno do Espectro Autista em situações comuns do dia a dia, estes mesmos autores destacam também o profundo valor e a relevância do ambiente escolar no processo educacional dos alunos acima supracitados. Partindo do pressuposto de que as bibliotecas têm grande influência no processo educacional dos indivíduos e de que as necessidades informacionais de todos os usuários devem ser atendidas, esta autora sente-se impelida a pensar em como as bibliotecas escolares do município de Florianópolis respondem às necessidades dos usuários com o Transtorno do Espectro Autista, dada a sua realidade, mas precipuamente, levando em consideração a atipicidade comportamental dos alunos com esta condição.

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa compreende em identificar ações desenvolvidas pelas bibliotecas escolares do município de Florianópolis que possibilitem a inclusão dos alunos com o Transtorno do Espectro Autista também nestes espaços. E como objetivos específicos, estima-se: analisar os aspectos teóricos que definem inclusão; descrever as características do Transtorno do Espectro Autista; analisar as políticas das bibliotecas escolares do município de Florianópolis.

Para a autora, a presente pesquisa tem em si um valor incapaz de mensurar-se, dado o envolvimento pessoal com o tema tratado. Um olhar sensível mudou a realidade de uma criança com um diagnóstico precoce possibilitando-lhe um tratamento adequado, criança esta

por quem a autora tem tanto carinho. Ao longo de sua jornada acadêmica, conforme absorvia o conhecimento transmitido em sala de aula, a autora buscava estendê-lo à realidade de crianças com autismo, de modo que a complexidade do transtorno fosse reconhecida, de que a individualidade destes usuários fosse respeitada e acima de tudo, que a biblioteca representasse um lugar capaz de promover expansão social e educacional sem deixar de ser em momento algum, um ambiente confortável e seguro.

Ressalta-se também a justificativa social da pesquisa, sendo a importância de promover acesso livre à informação a todos os usuários, inclusive das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Sendo a justificativa científica apresentada em forma de contribuição para o desenvolvimento cognitivo, provisão de enriquecimento do vocabulário através da prática de leitura e até mesmo expansão da interação social destes alunos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, acompanhada de uma pesquisa documental sob abordagem qualitativa, visando um conhecimento amplo do sujeito de pesquisa.

De acordo com Gil (2009, p. 50), “a pesquisa bibliográfica é desempenhada por meio de conteúdos já produzidos em livros, artigos científicos, teses, dissertações e inúmeras outras fontes de informação”.

A pesquisa em questão é caracterizada como um estudo descritivo, pois o objetivo foi analisar os dados obtidos da forma mais pormenorizada possível.

“Quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas” (CASTRO, 1976, p. 66).

Ademais, técnicas de pesquisa documental foram aplicadas no intento de obter informações que possibilitem fomentar o conhecimento, mas principalmente, entender o cenário atual dentro do contexto de inclusão dos alunos com o Transtorno do Espectro Autista nas bibliotecas escolares do município de Florianópolis. Segundo Gil (2009, p. 51), a pesquisa documental:

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Dentre os procedimentos empregados na execução deste trabalho, estão a consulta a livros, artigos em seus múltiplos formatos, e seguidamente implementou-se uma análise dos dados obtidos através da plataforma digital de comunicação oficial da Secretaria Municipal

de Educação de Florianópolis, bem como a compreensão destes, com o propósito de solucionar a questão inicial do presente trabalho.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi organizado por subdivisões onde os assuntos referentes ao trabalho foram discutidos a fim de atingir os objetivos já apresentados. A seguir são abordados: a importância da biblioteca escolar como suporte pedagógico; conceito de inclusão e sua relevância; características do Transtorno do Espectro Autista; a contribuição da leitura para alunos com o Transtorno do Espectro Autista.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA ESCOLAR COMO SUPORTE PEDAGÓGICO.

No ano de 2010, foi decretada a Lei 12.244, lei esta responsável por viabilizar a universalização das bibliotecas escolares em instituições públicas e privadas do país, objetivando testificar a qualidade de ensino, contanto que cumprida atuação do profissional Bibliotecário.

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares (BRASIL, 2010).

A aplicabilidade desta lei ainda não é uma realidade efetiva no sistema de ensino, todavia, é evidente a influência que uma biblioteca escolar possui no processo de aprendizagem dos alunos, pode-se dizer que esta unidade de informação responsável por armazenar e disseminar o conhecimento, é perfeitamente capaz também de integrar o serviço educacional ao provocar nos alunos o interesse pela leitura. Destaca-se nesse sentido, a importância da mediação por parte dos professores na formulação de um plano de ensino que contemple o aproveitamento das ferramentas competentes às bibliotecas, bem como realizar recomendações de obras correlacionadas às disciplinas e que também estejam disponíveis nestas unidades informacionais.

Carvalho (2006) declara que a leitura de literatura contribui para a formação do sujeito não apenas como leitor, mas sobretudo como sujeito historicamente situado, uma vez que a interação texto-leitor favorece o diálogo entre o conjunto de normas literárias e sociais,

ambas presentes no texto literário e na imaginação do sujeito. A introdução ao exercício consciente da leitura intrinsecamente já oferece incontáveis benefícios, esta apresentação ocorrendo na infância pode ter um efeito ainda maior, como a ampliação do vocabulário, o desenvolvimento da concentração, da memória, do pensamento crítico, o estímulo à criatividade, à imaginação, o aperfeiçoamento da caligrafia, entre outros.

Carvalho também chama a atenção para o fato de que o ambiente escolar é muitas vezes o maior transmissor da literatura, tendo em vista a situação vulnerável de algumas famílias. Entende-se então que muitas crianças terão convívio com a leitura apenas no ambiente escolar, portanto, ações que incentivem esta prática, podem ter um marco significativo na vida destas crianças a ponto de fazê-las conservá-la por toda sua vida.

O ambiente escolar vem passando por diversas transformações ao longo dos anos, principalmente se levarmos em conta a era totalmente digital na qual vivemos, o que exige adaptação no todo, incluindo no espaço “biblioteca”. No passado, a biblioteca era considerada um depósito de livros, ou até mesmo um local de disciplina para alunos refletirem sobre suas más condutas, mas atualmente é possível perceber um reconhecimento gradativo de uma série de ações a serem desenvolvidas pelo profissional bibliotecário atrelada ao processo pedagógico dos alunos. Lourenço Filho (1946), aponta a biblioteca escolar como um recurso de grande valor para o sistema educacional, pois considera o ensino e a biblioteca como ferramentas complementares.

[...] ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a alternativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será por seu lado, instrumento vago e incerto (LOURENÇO FILHO, 1946, p. 4).

De acordo com Durban Roca (2012), a biblioteca pode representar muito mais que um recurso facilitador, mas, outrossim, um suporte ao trabalho docente contribuindo expressivamente para o desenvolvimento curricular da instituição, de modo a reconhecer a biblioteca escolar como membro de todo este processo educacional. Isto posto, interpreta-se a primordialidade de um delineamento estratégico na biblioteca, visando clareza em suas atribuições, assim como notoriedade no sistema escolar.

Já para Marcolino e Castro Filho (2014), a biblioteca escolar é um elemento essencial para as atividades pedagógicas, no sentido de dispor de uma imensa responsabilidade social ao assegurar que todos os indivíduos da comunidade escolar tenham acesso e assistência no referido espaço. Tratando-se a biblioteca escolar, de um ambiente que promove o conhecimento, é importante que esta atenda as mais variadas necessidades informacionais, atentando-se também às singularidades de seus usuários.

Wellichan e Lino (2018), ressaltam a concepção de que a leitura pode provocar o sentimento de empatia, transformação cultural, alteração no comportamento social e contribuir similarmente para a inclusão, visto que a leitura propicia o conhecimento de

contextos por vezes muito distantes das realidades vivenciadas. As autoras mencionadas defendem do mesmo modo, que a leitura é capaz de influenciar na compreensão das discrepâncias existentes no outro, além de possibilitar a reconção com as histórias narradas, que ocasionalmente abordam as experiências de uma partícula da população social.

3.2 CONCEITO DE INCLUSÃO E SUA RELEVÂNCIA.

A prática de inclusão é fundamental para tornar espaços mais heterogêneos e também equitativos, possibilitando em tal caso, atuação absoluta na sociedade sem a interferência de qualquer discriminação, seja ela por etnia, gênero, raça, religião ou outras. No entanto, esta pesquisa limita-se a tratar de inclusão de pessoas com deficiência, a qual pertence o Transtorno do Espectro Autista, de acordo com o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, isto pertinente ao cenário educacional (BRASIL, 2012).

As escolas brasileiras passaram por algumas transformações a partir da promulgação da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 e Decretos 3.298/1999 e 6.949/2009, que ratificam a todos, igualdade de condições com os demais e o exercício de seus direitos, visando o desenvolvimento social e a inclusão cívica de pessoas com deficiência. Como impacto positivo, pode-se afirmar que a promulgação da referida lei tem sido responsável por oferecer mais respeito no dia a dia das pessoas com deficiência, considerando que estas são perfeitamente capazes de realizar absolutamente tudo que propõem-se. (BRASIL, 2015)

Relativamente à inclusão, ressalta-se que grandes são os desafios no corpo social da atualidade, pois embora o país disponha de aparatos legais, é possível identificar ainda barreiras comportamentais, além da presença forte do capacitismo enraizado culturalmente. Logo, são objeções que precisam ser superadas para que pessoas com qualquer deficiência constituam a sociedade de modo igualitário, podendo fazer uso de seus direitos sociais, assim como educacionais.

Bosa e Baptista (2002, p.13) declaram: “aproximamo-nos da igualdade à medida que reconhecemos as diferenças e fazemos dessas um meio de transformação e não um fim.” Isto é, a inclusão acontece através do conhecimento, por isso é tão importante a convivência com a multiplicidade ainda no período da infância, pois desta forma é possível compreender desde o princípio que em uma sociedade cada indivíduo possui suas particularidades, todos os indivíduos são diferentes.

Para Ainscow e Ferreira (citado por Rodrigues, 2003), a inclusão propõe-se a dar suporte na educação estendendo-a a todos, e sugere a representação da escola, como um ambiente vetor do conhecimento e de desenvolvimento pessoal. Sob tal perspectiva, Wellichan e Lino (2020), qualificam a biblioteca como uma extensão da sala de aula, onde o

bibliotecário é também considerado um educador que exerce o compromisso de possibilitar acesso à informação e ao conhecimento de forma democrática.

Em todo caso, Rosa et al. (2010) aponta que todos os membros inseridos no sistema educacional possuem a responsabilidade de adequarem seus espaços e recursos a fim de acolher toda e qualquer pessoa nos referidos espaços, considerando similarmente suas singularidades. Ou seja, a escola necessita adequar-se às condições da pessoa com deficiência e não o oposto.

Para que a inclusão seja efetiva, a escola necessita ser remodelada, de modo que as características, tal como as necessidades educacionais de cada indivíduo sejam aceitas e acolhidas através do desenvolvimento de projetos e ações pedagógicas (MARQUEZINE et al., 2003). Entende-se nesta conjuntura, a inclusão como um processo amplificado a todos os pertencentes da comunidade escolar e não apenas ao educador que acolherá o aluno com deficiência, conforme ressalta O'Brien e O'brien (citado por Stainback e Stainback, 1999, p. 60): “cada membro da escola, incluindo os diretores, os zeladores, e os funcionários da cantina, devem aceitar a responsabilidade pessoal de também ser um aprendiz ativo e cooperativo”.

A premissa de incluir no contexto escolar, é muito maior do que tão-somente introduzir pessoas com deficiência em escolas de ensino regular, mas, conjuntamente, inseri-las de forma participativa nas atividades desenvolvidas nestes ambientes, para além de rampas, materiais em braile ou tabuletas indicativas, da mesma forma, considerando o acesso à informação com um atendimento verdadeiramente qualificado.

É importante encerrar esta subdivisão com o destaque do compromisso que a biblioteca possui na prática de inclusão, que excede o acesso à informação, além disso, esta possibilita aos indivíduos a compreensão dos seus direitos.

3.3 CARACTERÍSTICAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

O autismo é considerado um transtorno do neurodesenvolvimento e teve sua história fomentada em 1943, quando Leo Kanner, um psiquiatra austríaco, publicou um trabalho que buscava explicar a ausência de contato com a realidade e a complexidade que alguns indivíduos possuíam para estabelecer a comunicação, Leo Kanner então denominou este fenômeno como autismo infantil (SANTOS, DINIZ E FERNANDES, 2017).

Ao longo dos anos, o termo sofreu diversas alterações, mas a datar de 2014, através do da 5ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5, tornou-se oficialmente conhecido como Transtorno do Espectro Autista, definido primeiramente pelo comprometimento na interação social, na comunicação e nos interesses

restritos.

A expressão “espectro”, de acordo com Gomes (2015), foi empregada com o propósito de descrever a variação da manifestação e da intensidade dos sintomas. No ano de 2018, foi lançada a 11ª edição do sistema universal de classificação de doenças físicas, analisadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), denominada como Classificação Internacional de Doenças (CID-11), onde o Transtorno do Espectro Autista recebeu um código novo, o 6A02. Estas mudanças, de acordo com o DSM-5 (2014), resultaram na combinação do Transtorno Autista, do Transtorno de Asperger e do Transtorno Global do Desenvolvimento junto ao Transtorno do Espectro Autista. Os referidos transtornos no passado eram diagnosticados de forma isolada, porém, atualmente são considerados progressões de um mesmo quadro.

O DSM-5 afirma que os primeiros sinais que caracterizam o transtorno podem ser notados já nos primeiros meses de vida.

Percebe-se a indiferença ou aversão ao contato físico ou afeição, ausência de aconchego, falta de contato visual direto, de sorriso social, de respostas faciais e uma evidente ausência de resposta à voz dos pais. É usual os pais levantarem a possibilidade de a criança ser surda.

Os bebês começam a sorrir por volta dos dois meses. Nesse momento, eles ainda não sabem o que o sorriso significa, ainda estão treinando esse tipo de movimento quando estão acompanhados de adultos e outras crianças (Autismo e Realidade, 2020, p. 11).

Para Mello (2007), existem algumas características mais específicas que podem despertar a atenção dos pais em um primeiro momento, como a calma excessiva, a sonolência demasiada ou mesmo a rejeição ao colo e ao aconchego, o choro desmoderado, e outras. A mesma autora ressalta que mais adiante, os pais podem perceber também, ausência de reprodução de gestos em cumprimentos/despidas e resistência na alimentação, caracterizada muitas vezes por gosto restrito a determinados alimentos.

É importante destacar que o autismo é uma condição presente na vida do indivíduo desde o nascimento, todavia, ao longo da vida é possível reconhecer determinadas características no comportamento, além de identificar pontos de complexidade no desempenho de tarefas, se associado ao desempenho de outros indivíduos típicos sobre as mesmas tarefas.

Ainda que o Transtorno do Espectro Autista tenha caráter extensivo, discorre no DSM-5 uma classificação respaldada no nível de apoio dos indivíduos, bem como na intensidade dos aspectos. Ver figura 1:

TABELA 2 Níveis de gravidade para transtorno do espectro autista		
Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Nível 3 "Exigindo apoio muito substancial"	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
Nível 2 "Exigindo apoio substancial"	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
Nível 1 "Exigindo apoio"	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Figura 1 - Fonte: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014)

Já os parâmetros para diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista, de acordo também com o DSM-5, foram fragmentados em quatro categorias, sendo elas:

- A - Déficits constantes na comunicação e interação social;
- B - Padrões repetitivos e interesses limitados em termos de comportamento e atividades;
- C - Apresentação dos sintomas em idade precoce e em contextos sociais;
- D - Sintomas compostos que podem limitar a funcionalidade da criança, por exemplo, a funcionalidade acadêmica ou social.

Segundo, o DSM-5, a categoria A, é dividida em 3 grupos:

- A1: Déficit na reciprocidade social e emocional, além de interesses reduzidos, inclusive no encadeamento de diálogos. Podendo ser representado pela renúncia no compartilhamento de brincadeiras e ausência de resposta quando chamado pelo nome.
- A2: Déficit na comunicação social através de gestos, contato visual, linguagem corporal e expressão. Caracterizado na prática quando a criança tem certa resistência em estabelecer ou manter o contato visual, exteriorizar emoções por meio de expressão facial e de gesticulação.
- A3: Dificuldade em gerar e manter relacionamentos e de adaptar o seu comportamento conforme o ambiente. Corresponde à criança que tem preferência por desenvolver tarefas sem companhia, como também exprime o mesmo comportamento a despeito de qualquer contexto.

No entanto, a categoria B, é dividida em 4 grupos:

- B1: Movimentos, manuseio dos mesmos objetos, linguagem estereotipada e sem função social. Consiste na apresentação de um comportamento repetitivo, como o balanço do tronco, movimentos circulares com as mãos ou reprodução contínua de frases fora de contexto.
- B2: Rituais e resistência às mudanças. Aplica-se à criança que recusa-se a sentar-se em lugares diferentes dos quais está habituada, que interessa-se em visitar as mesmas pessoas e lugares, tem preferência por um determinado tipo de comida e organiza os objetos conforme a colorização destes.
- B3: Interesse exagerado em assuntos ou tópicos. Constitui na tendência que a criança possui em dialogar ou desempenhar atividades sempre sobre dado assunto.
- B4: Hiper ou hipo reação a estímulos sensoriais do ambiente ou procura excessiva por esses estímulos. Descreve neste contexto a criança que possui resistência a ruídos, relutância a toque físico, mas também um interesse incomum à luzes piscantes ou peças giratórias.

Posteriormente, o DSM-5 menciona a respeito da categoria C, que os sintomas podem ser identificados precocemente, mas com possibilidade de alterabilidade até os oito anos de idade, destaca ainda que o relato de familiares e professores sobre os indícios também deve ser levado em consideração. Acerca da categoria D, examina-se o nível de prejuízo, cujos sinais citados nas categorias A e B geraram na criança.

No intento de concluir o diagnóstico, o DSM-5 é claro ao afirmar que a criança precisa ter três sintomas dos três grupos da categoria A e dois sintomas dos 4 grupos da categoria B, ademais, as categorias C e D precisam obrigatoriamente estar presentes no diagnóstico.

Embora exista a classificação por níveis de gravidade, é pertinente encerrar esta subdivisão esclarecendo que mesmo dentro de um único nível, cada situação é única. É imprescindível que haja uma avaliação minuciosa a respeito da particularidade de cada criança, a fim de compreender o nível de complexidade que esta poderá enfrentar ao cultivar suas relações, mas também visando compreender a implicação na autonomia desta criança que contingentemente possa ocorrer.

3.4 CONTRIBUIÇÃO DA LEITURA PARA ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

No momento em que recebe-se o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, uma das inquietações primárias por parte dos pais, é com relação à autonomia da criança

diagnosticada. Contudo, o incentivo à leitura em todos os ambientes de convívio desta criança, pode ser um portal para atingir esta capacidade de se autodeterminar.

Segundo, DREW et al. (2007), o comportamento mais expansivo da criança com o Transtorno do Espectro Autista, pode decorrer da influência de adultos que a cercam. Sob este olhar, é importante atentar-se ao que desperta o interesse na respectiva criança, além de observar conjuntamente, suas dificuldades, para por fim, usar tais elementos como ferramentas que possibilitem o ensino e por conseguinte, incentivem a leitura. Tendo como exemplo, uma criança que tem grande fascínio por dinossauros, torna-se muito mais fácil introduzir a leitura fazendo uso de um gênero de apreço para a criança em pauta.

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar moderadamente as inúmeras contribuições da leitura proporcionadas ao indivíduo, principalmente se apresentada na infância. À vista disso, é relevante relacionar tais benefícios à realidade de uma criança autista. Por exemplo, por intermédio da leitura é possível expandir a imaginação, o foco, a memória, a criatividade e o mundo simbólico, sendo assim, convém o questionamento do quanto estas idoneidades podem influenciar na autonomia das crianças com o Transtorno do Espectro Autista.

A leitura oportunizando a expansão do conhecimento e até mesmo a interatividade social, torna-se capaz também de minimizar comportamentos repetitivos, por meio da habilidade de argumentação aguçada no processo, do desenvolvimento de maior agilidade, da autoconfiança e contribui do mesmo modo para uma reflexão acerca dos próprios sentimentos e emoções. Nunes e Walter (2016) afirmam que a mediação sistemática da leitura beneficia na compreensão do que é lido, entretanto, Silva (2018) acrescenta ainda que crianças com pouca interação, têm mais dificuldade em desenvolver a imaginação. Sendo a biblioteca escolar um espaço de acesso democrático à informação e exercendo com veemência o seu papel social, além de viabilizar o conhecimento, favorece como contrapartida a sociabilidade entre seus usuários.

Silva (2018), também considera a leitura uma experiência que inclusive pode os agradar, mas aconselha a utilizar métodos dinâmicos e canalizados para manter a atenção destes alunos. Apresentação de histórias de maneira mais breve e a tipificação dos livros, são meios interessantes de tornar a leitura uma atividade ainda mais eficaz e em compensação têm o potencial de incentivar as crianças com o Transtorno do Espectro Autista a identificar-se com as histórias e a partir disso passarem a assumir um papel de liderança progressivamente. Ademais, contar com um espaço de leitura organizado e tranquilo, onde a criança possa escolher livremente seus livros, é fundamental para incentivar o exercício da leitura e aprofundar a relação com este universo.

Para Gomes (2015), o ensino à habilidade de leitura pode estar relacionado ao bom desenvolvimento educacional de crianças com o autismo, todavia, recomenda que este

exercício seja introduzido precocemente, sob a justificativa de que caso a criança encontre qualquer obstáculo no decurso, ainda contará com um período maior de aprendizagem, permitindo que ocorra simultaneamente com o início da alfabetização de crianças típicas, sem causar prejuízos.

Como muitas crianças com autismo podem apresentar dificuldades nesse processo, é recomendável que o início da alfabetização ocorra precocemente (entre 4 e 5 anos), antes das crianças típicas (sem autismo) de mesma idade. A estratégia de começar a alfabetizar antes se justifica na lógica de que se a criança com autismo apresentar dificuldades nesse processo, ela terá mais tempo para aprender. Assim, se ela começar a ser alfabetizada aos 4 anos e demorar 2 anos para aprender a ler, quando ela tiver aprendido a ler, aos 6 anos, coincidirá com a idade que os colegas dela estarão lendo, o que aumenta muito a probabilidade da criança com autismo acompanhar o conteúdo escolar, permanecer e progredir na escola comum ao longo dos anos. Caso contrário, se o processo de alfabetização começar aos 6 anos, na mesma época dos colegas típicos, e a criança com autismo apresentar dificuldades em aprender a ler, inevitavelmente ela ficará atrasada em relação aos colegas, o que comprometerá o acompanhamento de todo o conteúdo escolar, já que todas as disciplinas dependem da leitura (GOMES, 2015, p. 16).

Convém concluir esta subdivisão com a reflexão de que para tornar a trajetória de crianças com autismo um tanto quanto mais leve, é importante proporcionar um ambiente constantemente acolhedor e demonstrar paralelamente a afetividade. Profissionais com o devido conhecimento sobre o transtorno, uma equipe multidisciplinar na estruturação do planejamento educacional, o conhecimento acerca das particularidades de cada um destes alunos, permite que se possibilite o desenvolvimento cognitivo, e ainda o psicológico, tendo em vista que para Santos e Diniz (2018), a aquisição de novos saberes não se resume apenas aos conteúdos escolares mais valorizados pela sociedade. À família, cabe refletir sobre como este momento de leitura pode fortalecer os laços familiares, dedicar este tempo à criança para uma leitura em conjunto é uma experiência valiosa e inestimável, além também de representar um recurso para aquisição de novos conhecimentos.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresentará os dados obtidos na plataforma digital de comunicação oficial da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, assim como a discussão dos respectivos resultados.

Atualmente o município de Florianópolis conta com 39 unidades de educação básica e de acordo com a Divisão de Bibliotecas Escolares e Comunitária (DIBEC), setor responsável pela rede de bibliotecas da esfera municipal, todas estas unidades educativas dispõem de biblioteca escolar. Entretanto, as informações disponíveis na plataforma de comunicação oficial do município apresentam certas discordâncias, visto que as últimas informações veiculadas são do ano de 2020 e apontam o número de 27 bibliotecas inseridas nas unidades educativas do ensino fundamental. Ver distribuição de escolas básicas na figura 2:

Escolas Básicas Municipais				
Região Norte	Região Leste	Região Central	Região Continental	Região Sul
EBM Albertina Madalena Dias - Vargem Grande	EBM Acácio Garibaldi São Thiago - Barra da Lagoa	EBM Adotiva Libertado Valentim - Casteira do Pirajubáé	EBM Almirante Carvalhal - Coqueiros	EBM Batista Pereira - Alto Ribeirão
EBM Herondina Medeiros Zeferino - Ingleses	EBM Antônio Paschoal Apóstolo - Rio Vermelho	EBM Beatriz de Souza Brito - Pantanal		EBM Brigadeiro Eduardo Gomes - Campeche
EBM Intendente Aricomedes da Silva - Cachoeira do Bom Jesus	EBM Costa da Lagoa - Costa da Lagoa	EBM Donícia Maria Costa - Saco Grande		EBM Costa de Dentro - Costa de Dentro
EBM Jurerê - Jurerê	EBM Henrique Veras - Lagoa da Conceição	EBM João Alfredo Rohr - Córrego Grande		EBM Dilma Lúcia dos Santos - Armação do Pântano do Sul
EBM Luiz Cândido da Luz - Vargem do Bom Jesus	EBM Maria Conceição Nunes - Rio Vermelho	EBM José do Valle Pereira - João Paulo		EBM João Gonçalves Pinheiro - Rio Tavares
EBM Marcolino José de Lima - Barra do Sambaqui	EBM João Francisco Garcez - Canto da Lagoa	EBM José Jacinto Cardoso - Serrinha		EBM José Amaro Cordeiro - Morro das Pedras
EBM Maria Tomázia Coelho - Santinho	EBM Retiro da Lagoa - Retiro da Lagoa	EBM Osvaldo Galupo - Morro do Horácio		EBM Lupércio Belarmino da Silva - Caiera da Barra do Sul
Escola do Futuro Mâncio Costa - Ratonés	EBM Darcy Ribeiro - Rio Vermelho	EBM Vitor Miguel de Souza - Itacorubi		Escola do Futuro Tapera - Tapera
Escola do Futuro Osmar Cunha - Canasvieiras				
Escola do Futuro Osvaldo Machado - Ponta das Canas				
EBM Paulo Fontes - Santo Antônio de Lisboa				
EBM Virgílio dos Reis Várzea - Canasvieiras				
EBM Professora Neuza Paula da Silveira - Escola da Infância - Ingleses				
EBM Professora Zulma Freitas de Souza - Ratonés				

Figura 2 - Fonte: Adaptação da Secretaria Municipal de Educação (2023)

A distribuição das unidades educativas na figura 2 foi executada por regiões, conforme preceitos de organização da Secretaria Municipal de Educação do município de Florianópolis, sendo 14 escolas básicas na região Norte; 8 escolas básicas na região Leste; 8 escolas básicas na região Central; 1 escola básica na região Continental; 8 escolas básicas na região Sul; totalizando o número de 39 unidades de escolas básicas por todo município.

Os dados mais recentes com relação ao número de crianças com o Transtorno do Espectro Autista matriculadas na rede municipal de Florianópolis, são do ano de 2022, onde no ensino fundamental, registra-se o número de 351 crianças com Transtorno do Espectro Autista, conforme figura 3:

NÚMERO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA POR NÍVEL DE ENSINO - Dados I Semestre 2022

Nível de Ensino	Auditiva		Visual		Surdocegueira	Intelectual	Motora - Física			TEA	AH/S	Em avaliação	Em Observação	TOTAL
	PT	PP	Cego	BV			PC	Outros	Múltipla					
Educação Infantil	3	3	0	3	0	44	15	21	11	392	4	124	326	946
Ensino Fundamental	7	13	3	8	0	142	19	32	47	351	47	92	166	927
EJA	0	1	0	0	0	18	0	0	6	0	0	16	16	57
TOTAL	10	17	3	11		204	34	53	64	743	51	232	508	1930

Figura 3 - Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2022)

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2023), com relação ao município de Florianópolis, o número de matrículas no ensino regular fundamental foi de 10.604 nos anos iniciais e de 7.808 em anos finais. Nesse ponto de vista, percebe-se que existe uma discrepância significativa entre os resultados, e apesar disso, atualmente há um número maior de alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino fundamental em comparação aos anos anteriores.

O Portal do Autismo informa que no estado de Santa Catarina, a Carteira de

Identificação do Autista, fornecida pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), proporciona uma perspectiva sobre a quantidade de indivíduos com autismo identificados entre os meses de fevereiro de 2020 e março de 2023, onde aproximadamente 9.427 pessoas foram contempladas com esta concessão.

Ademais, de acordo com informações da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, concernente ao mês de janeiro do corrente ano, a FCEE conta com 238 instituições credenciadas para prestação de atendimento especializado, em que 11.885 pessoas com autismo são atendidas, sendo 6.289 educandos até cinco anos de idade; 3.631 entre seis e 17 anos; e 1.965 acima de 18 anos. Todavia, não há dados exatos sobre a quantidade de pessoas com o Transtorno do Espectro Autista no estado, tampouco, especificamente na região de Florianópolis, tendo em vista que esta condição, diferentemente de outras deficiências, não é visível. Inclusive, no Brasil não havia, até recentemente, estudo de prevalência de autismo e, em decorrência disso, não havia registros oficiais. Somente no Censo Demográfico 2022, com o objetivo de quantificar as pessoas com autismo no país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, inseriu uma pergunta no questionário de amostra. Entretanto, até este momento não se obteve as resultâncias do apuramento (IBGE, 2023).

Ter uma compreensão da distribuição dessas pessoas pelas regiões brasileiras é crucial para a elaboração de políticas públicas que apoiem efetivamente aqueles com o Transtorno do Espectro Autista e suas famílias. A ideia de políticas públicas está relacionada à resolução de questões sociais, tendo como o objetivo principal, encontrar soluções que atendam às necessidades de uma comunidade.

Com relação às bibliotecas escolares do município de Florianópolis, não foram identificadas políticas públicas de inclusão e nem mesmo menção de atividades desenvolvidas por elas para usuários com o Transtorno do Espectro Autista.

No dia 15 de março deste ano, foi feita uma solicitação à Gerência de Formação Continuada, criada pela Secretaria Municipal de Educação, para ter acesso aos documentos com normativas gerais de inclusão, especialmente das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. A resposta a este pedido foi positiva, no entanto, chegou 35 dias após o primeiro contato e com a recomendação de que a autorização enviada através de e-mail, deveria ser apresentada pessoalmente à chefe da Divisão de Bibliotecas Escolares e Comunitárias, para dar início à pesquisa. Durante a presença desta autora na Divisão de Bibliotecas Escolares e Comunitárias, no dia 24 de abril deste ano, momento que resultou numa conversa informal, uma vez que não foi esta a metodologia abordada neste trabalho, esclareceu-se que não existe nenhum documento que contenha normas gerais e critérios elementares para promoção de inclusão das pessoas com deficiência, não importando sua tipologia.

A razão para isso é que a DIBEC acredita que classificar indivíduos não é uma atitude inclusiva, seguindo o princípio de que não há distinção e todos os indivíduos partem de um

mesmo ponto. Outro fator relevante que se evidenciou no diálogo, foi com relação ao desenvolvimento de atividades que fomentem a inclusão de usuários com Transtorno do Espectro Autista ou com outras deficiências, nas bibliotecas escolares do município de Florianópolis, pois o interesse do profissional bibliotecário em enfrentar o desafio é o que influencia o progresso dessas atividades.

Contudo, convém reforçar que ao receber alunos com autismo, é importante que a escola esteja preparada para oferecer uma estrutura adequada e que os profissionais estejam capacitados para atendê-los, uma vez que essa é uma realidade cada vez mais comum nas escolas. Com o objetivo de complementar o ambiente escolar e promover o acesso amplo à informação, a biblioteca surge como um instrumento de trabalho com a desafiadora responsabilidade de prestar um serviço de qualidade para todos os usuários, obedecendo sempre suas particularidades. Como assegura Sampaio e Farias (2020, v.14, n.3, p.14), “o bibliotecário escolar precisa estar conectado e atualizado, tendo a tecnologia como aliada, pois, sabendo usá-la, agregará”. As mesmas autoras reforçam que as tecnologias assistivas podem ser ferramentas fundamentais para a aquisição do conhecimento e uma grande estratégia também para a inclusão. Nesse sentido, a biblioteca sendo um espaço igualitário e de incentivo ao exercício da leitura, demanda por adequações constantemente.

Sampaio e Farias (2020) também ressaltam a importância de desempenhar nas bibliotecas escolares, as conhecidas atividades lúdicas que são responsáveis por trabalhar o imaginário, estimulando o convívio entre os usuários e o aprendizado através da diversão e da criatividade, favorecendo o desenvolvimento de habilidades emocionais, cognitivas, sociais e motoras do aluno. E por fim ainda sugerem em seu artigo algumas atividades a fim de alcançar tais desígnios, como: contação de histórias, oficinas de pintura, livros sensoriais, audiolivros e outros. Todavia, o desenvolvimento de todas estas e outras atividades nas bibliotecas escolares, precisa estar fundamentado em uma política de inclusão para que se possibilite um suporte tanto aos professores, quanto aos bibliotecários vigentes, mas também futuros.

Em relação à inexistência desta política de inclusão que se aplique a todas as bibliotecas escolares da rede municipal de Florianópolis, testifica-se que o sistema de ensino do município de Florianópolis não é plenamente inclusivo. Responsabilizar estritamente o profissional bibliotecário pelo desenvolvimento de atividades que promovam a inclusão, é uma abordagem um tanto injusta, quando este profissional em seu cotidiano, ainda está lutando por seu espaço no ambiente escolar. O bibliotecário precisa estar comprometido com a causa, porém é importante também que a instituição estabeleça um padrão e que este padrão estenda-se a todas as unidades do município mencionado.

O estudo realizado identificou a necessidade de implementar uma política com a finalidade de fortalecer a prática de inclusão e que esta medida se aplique a todas as

bibliotecas escolares da rede municipal de Florianópolis. O comprometimento do bibliotecário com a causa é essencial, assim como a definição de um padrão pela instituição, que deve ser seguido por todas as unidades do referido município. É preciso entender que todos, independentemente de como nasceram, têm o direito à igualdade de oportunidades. Contudo, é fundamental, similarmente, identificar as necessidades de cada indivíduo, de modo a proporcionar mais a quem precisa. Não por privilégios, mas por condições mais justas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho empenhou-se em compreender de que forma as bibliotecas escolares do município de Florianópolis atendem as necessidades dos usuários com o Transtorno do Espectro Autista, a fim de contribuir para o desenvolvimento cognitivo, bem como para a expansão social destes alunos a partir de uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa documental ante uma abordagem qualitativa. Para obter uma compreensão e identificar ações desenvolvidas pelas bibliotecas escolares do município de Florianópolis que possibilitem a inclusão dos alunos com o Transtorno do Espectro Autista, estabeleceu-se três objetivos. Buscou-se especificamente analisar os aspectos teóricos que definem inclusão; descrever as características do Transtorno do Espectro Autista; analisar as políticas das bibliotecas escolares do município de Florianópolis.

O estudo mostrou o imponente papel da biblioteca escolar e sua relevância no processo educacional dos alunos, além das inúmeras contribuições da leitura para a criança com o Transtorno do Espectro Autista, em especial para o desenvolvimento de sua autonomia. Do mesmo modo, foi possível conhecer moderadamente as características que envolvem o transtorno e sobretudo, evidenciou que este conhecimento sobre cada aluno atípico de maneira individualizada é capaz de romper barreiras.

Sendo a biblioteca um recurso indispensável no ambiente escolar, conclui-se que seu acesso é transponível e perfeitamente capaz de promover com êxito a interação entre os alunos, típicos e atípicos. Atividades desenvolvidas na biblioteca escolar, como “contação de histórias” utilizando fantoches, músicas e recursos visuais, são maneiras de ampliar o horizonte dos alunos com o Transtorno do Espectro Autista e fomentar sua imaginação. Já as atividades lúdicas como jogos de tabuleiro e quebra-cabeça, são algumas das opções que possibilitam estabelecer vínculos com estes alunos e trabalham juntamente a tolerância, assim como o respeito às regras.xx

Ressalta-se por fim que todos os alunos podem e devem transitar por todos os espaços da biblioteca, no entanto, é necessário destinar um espaço reservado e livre de ruídos para

eventuais alterações comportamentais dos alunos com autismo. Esta iniciativa não os separa, mas reconhece a diversidade e defende a ideia de que em circunstâncias diferentes, aplicam-se estratégias diferentes a fim de que todos conquistem resultâncias equivalentes.

REFERÊNCIAS

(APA), American Psychiatric Association. **DSM-5**: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5 ed. Porto Alegre: Artmed , 2014.

AUTISMO E REALIDADE. **Cartilha DSM-5 e o Diagnóstico de TEA**. 2020. Disponível em:<https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/cartilhas/cartilha-dsm-5-e-o-diagnostico-de-tea/>. Acesso em: 26 jun. 2023

Ainscow, M; Ferreira, W. Compreendendo a educação inclusiva: Algumas reflexões sobre experiências internacionais. In: Rodrigues, David (org). **Perspectivas Sobre a Inclusão – Da Educação à Sociedade**. Porto: Porto Editora, 2003. p. 103-116.

BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice (org.). **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**.. Institui A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa Com Transtorno do Espectro Autista; e Altera O § 3º do Art. 98 da Lei Nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, De 6 de julho de 2015**. Institui A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa Com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 21 maio 2023.

CARVALHO, Diógenes Aires de. **A leitura da literatura na escola**: o lugar da criança como sujeito sócio-histórico. In: AGUIAR, Vera Teixeira de; MARTHA, Alice Áurea Pentead

(org.). Territórios da leitura: da literatura aos leitores. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica; Assis: ANEP, 2006. p. 127- 141.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Estrutura e apresentação de publicações científicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CASTRO, César Augusto. Ensino e biblioteca: diálogo possível. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 64-72, jan. 2003.

Drew, Auriol. et al. A Avaliação de Comunicação Social para Crianças com Autismo (SCATA): um Instrumento para medir a frequência, forma e função da comunicação em crianças com Transtorno do Espectro Autista. *J Autismo Dev Disord*, v. 37, p. 648-666, 2007.

DURBAN ROCA, Glória. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: Penso, 2012. 110 p. ISBN 9788563899484.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal De Educação**. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=plano+municipal+de+educacao&menu=0>. Acesso em: 21 maio 2023.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Dados Da Educação Especial**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/?cms=dados+da+educacao+especial>. Acesso em: 21 maio 2023.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Mapa das Unidades Educativas**. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=mapas+unidades+educativas&menu=4&submenuid=139>. Acesso em: 21 maio 2023.

GOMES, Camila Graciella Santos. **Ensino de leitura para pessoas com autismo**. Curitiba: Appris, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **O ensino e a biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 1ª Conferência da Série “A educação e a biblioteca”, pronunciada na Biblioteca do DASP, em 05/07/1944.

MARCOLINO, Maria Antonieta Ribeiro; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. **O bibliotecário na biblioteca escolar e os usuários especiais: o desafio da inclusão**, v. 10, n. Especial, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1278>. Acesso em: 28 jun. 2023

MARQUEZINE, Maria Cristina. et al. (org). **Inclusão**. Londrina: Eduel, 2003. 359 p. (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial).

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 7. ed. São Paulo: AMA - Associação de Amigos do Autista, 2007. 114 p.

NUNES, Débora Regina de Paula; WALTER, Elizabeth Cynthia. Processos de leitura em educandos com Autismo: um estudo de revisão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 22(4), 619-632, 2016. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000400011>

O'brien, John; O'brien, Connie Lyle. A inclusão como uma força para a renovação da escola. In. Stainback, Susan; Stainback, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ROSA, Sueli Pereira da Silva. et. al. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010. SIBI/UFMG. Sistemas de bibliotecas. Disponível em: <https://www.bc.ufg.br/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SAMPAIO, Renata Kelly Oliveira; FARIAS, Gabriela Belmont de. Biblioteca escolar inclusiva: Análise acerca do transtorno do espectro autista. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 14, n. 3 - jul-set, p. e020007, 2020. DOI: 10.36311/1940-1640.2020.v14n3.10302. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/10302>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SANTOS, Marcos Pastana; DINIZ, Cládice Nóbile. A inclusão dos usuários com transtorno de espectro autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 23, n. 1, p. 92-106, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76009>. Acesso em: 04 maio 2023.

SANTOS, Marcos Pastana; DINIZ, Cládice Nóbile; FERNANDES, Ediclea Mascarenhas. Acessibilidade informacional para usuários com transtorno de espectro autista na biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1863-1882, 2017. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/4337>. Acesso em: 16 out. 2022.

SILVA, Claudilene dos Santos. **Inclusão De Crianças Autistas No Processo De Leitura**. 2018. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

WELLICHAN, Danielle Da Silva Pinheiro; LINO, Carla Cristine Tesaro Santos. A biblioteca escolar no contexto da inclusão: como oferecer e vivenciar experiências inclusivas nesse ambiente. **Biblionline**, v. 14, n. 1, p. 3-16, 2018. DOI: [10.22478/ufpb.1809-4775.2018v14n1.40603](https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2018v14n1.40603) Acesso em: 24 abr. 2023.

WELLICHAN, Danielle Da Silva Pinheiro; LINO, Carla Cristine Tesaro Santos. Aprender, ensinar e praticar: a biblioteca escolar como recurso estratégico para inclusão de pessoas com deficiências. **Revista Bibliomar**, v. 19, n. 1, p. 141-158, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141960>. Acesso em: 21 maio 2023.